

35° Encontro Anual da ANPOCS
Caxambu, 2011
GT 25 – Partidos e Sistemas Partidários

**Os partidos brasileiros são todos iguais? A análise das diferenças entre os partidos
segundo documentos políticos**

Soraia Marcelino Vieira* – IESP/UERJ
soraiamarc@yahoo.com.br

Natalia Maciel** – IESP/UERJ
nataliaregina@gmail.com

* Bolsista do CNPQ.

** Bolsista da CAPES.

Os partidos brasileiros são todos iguais? A análise das diferenças entre os partidos segundo documentos.

Introdução

Correntemente ouvimos falar sobre a indiferenciação dos partidos políticos no Brasil. Diversos fatores podem ser enumerados a fim de justificar a percepção do senso comum de que os partidos brasileiros são todos iguais: a diversidade ideológica das coalizões de governo e dos gabinetes ministeriais, a menor visibilidade dos partidos em detrimento dos candidatos em campanhas eleitorais, a dificuldade de se perceber a diferença das agendas durante as campanhas e a baixa identificação partidária dos eleitores são alguns exemplos.

Praticamente toda a literatura sobre a competição política no Brasil utiliza a escala ideológica esquerda-direita como instrumento de mensuração da posição dos partidos nesta competição. Estes atores são classificados como sendo de esquerda, de centro ou de direita, o que pressupõe que não são iguais; situam-se em posições diferentes na arena política. No entanto, trabalhos vêm questionando a ideologia como a principal dimensão que delinea a clivagem política no Brasil (Santos e Vilarouca, 2004; Zucco, 2009). Ao mesmo tempo, esta classificação ainda tem sido a mais utilizada quando se trata de competição política no Brasil, já que a dimensão oposição-situação parece não ter conseguido muito espaço nos trabalhos acadêmicos até agora.

Neste sentido, o presente trabalho apresenta dois passos, constituindo assim dois objetivos: 1) analisar se os partidos políticos no Brasil são iguais ou não; 2) analisar a quão diferentes os partidos da análise são entre eles.

Para isso buscamos avaliar como os partidos se diferenciam em termos de políticas, a fim de identificar o posicionamento político de partidos comumente entendidos como sendo de esquerda e de direita. A classificação ideológica dos partidos estabelecida pela literatura é utilizada a fim de selecionar casos que normalmente são entendidos como localizados em posições distintas na competição política. Com a classificação dada anteriormente pela literatura visamos verificar se as posições já estabelecidas traduzem as reais diferenças entre esses partidos segundo o comportamento previsto por seus programas.

O trabalho analisará a posição de cinco importantes partidos brasileiros que comumente são localizados nos trabalhos acadêmicos em diferentes pontos do espectro ideológico. O PT e o PSDB são classificados, respectivamente, como centro-esquerda e centro-direita. O PMDB é tido como o partido de centro, enquanto o PC do B encontra-se à esquerda e os Democratas à direita.

Esses cinco partidos foram escolhidos por sua importância na política brasileira recente, destacando os seguintes fatores: participaram de todas eleições desde 1990 para a Câmara dos Deputados, elegendo em todos os pleitos representantes para esta casa; fizeram parte de alguma coalizão de governo nos últimos 4 mandatos e, principalmente, por serem representantes históricos de distintos pontos da escala ideológica.

Desse modo, a fim de precisar as diferenças e identificar como as políticas são defendidas (ou não) e em que grau nesses partidos, serão comparados seus programas partidários quanto a políticas econômicas, sociais e política externa. Vale destacar que embora o fato do programa partidário, que foi aprovado em Convenção Nacional pela maioria dos membros do partido, sinalizar para a existência de certo consenso acerca de suas premissas, não é possível inferir que as ações de seus representantes na Câmara dos Deputados refletem plenamente o que é defendido pelo partido segundo seu programa. Nesse sentido, entendemos que os programas dão a indicação da posição do partido quanto a certas políticas segundo o consenso dos membros, porém nada se pode falar sobre seu comportamento efetivo. Para isso seria necessário utilizar outros tipos de dados que nos permitissem investigar o comportamento do partido por meio de seus representantes, com as votações nominais, por exemplo.

Para analisar os programas utilizaremos o método de análise de conteúdo, o qual permite conhecer as questões enfatizadas por cada partido. Posteriormente os resultados obtidos serão comparados a fim de observarmos a ocorrência de convergências e/ou divergências nos programas, e se estes estão enfocando as mesmas questões ou têm preocupações distintas.

Este artigo será dividido em cinco seções. Na primeira seção será feita uma revisão da literatura internacional sobre o posicionamento ideológico dos partidos. Na segunda faremos uma discussão sobre o uso da escala ideológica esquerda-direita para a classificação dos partidos políticos brasileiros. Na terceira explicaremos o método utilizado na pesquisa, enquanto na quarta discutiremos os resultados. Por fim, faremos algumas considerações na última seção.

Revisão da literatura internacional sobre posicionamento ideológico dos partidos políticos

Os investigadores de partidos políticos e sistemas partidários buscam estabelecer parâmetros para classificar os partidos no espectro ideológico. Do ponto de vista institucional é possível observar três tipos de abordagem que permitem compreender o posicionamento de um partido em determinado ponto do espectro ideológico e/ou sua mudança: uma é a competitiva (institucionalismo da escolha racional), a segunda a institucional histórica e a terceira a *saliency theory*.

Em relação à abordagem competitiva acredita-se que o partido “pode e deve” adotar uma posição ideológica que coincida com a de seus possíveis eleitores, ou seja, o partido pode mover-se de modo a responder ao comportamento do seu eleitor, assim como pode acomodar-se de acordo com a competição partidária.

O posicionamento dos partidos pode ser observado a partir da teoria espacial do voto, a qual foi adaptada para a análise política por dois pioneiros: Antony Downs (*An economic theory of democracy*, 1957) e Duncan Black (*The theory of committees and elections*, 1958). Esses autores aportaram duas das mais importantes contribuições teóricas para a teoria política analítica. Primeiro defendem que o poder político está no meio da distribuição dos cidadãos. Em seguida argumentam que a estabilidade do sistema político é uma variável, ou seja, um sujeito de análise. A estabilidade depende da distribuição e natureza das preferências dos cidadãos (Hinich e Munger, 1997).

Downs argumenta que os partidos políticos se movem ao longo da escala ideológica formulando propostas que lhes parecem render o maior número de votos, uma vez que seu objetivo último é se eleger. Para o autor, os partidos se posicionariam conforme o peso desejável de intervenção estatal na economia, sendo que a extremidade esquerda representaria controle governamental pleno, enquanto a extrema direita representaria o desejo por um mercado completamente livre de intervenção. A economia seria a dimensão centrípeta que permite distinguir partidos de direita e esquerda, e apesar da importância dos outros temas (social, moral, etc), que também contribuem no momento de classificar a posição ideológica de dado partido, a questão econômica traz para si o debate capaz de polarizar o espectro. Os partidos variam sua posição no espaço conforme a expectativa do eleitor mediano de forma a angariar o maior número de votos possível, e se distinguem a partir de sua abordagem econômica.

Alguns trabalhos empíricos comprovaram que a política pode ser avaliada em uma única dimensão. Ao analisar a história das votações nominais nos Estados Unidos Poole e Rosental (1999), concluem que de fato há uma estabilidade espacial traduzida unidimensionalmente, ou seja, nos Estados Unidos, as questões políticas se resumem a uma única dimensão, a qual tem sido capaz de capturar os principais conflitos entre os dois maiores partidos, Democratas e Republicanos.

O surgimento de uma segunda dimensão pode significar o aparecimento de uma nova questão na pauta social, e pode levar a uma acomodação das preferências e um realinhamento do sistema. Contudo, após esse realinhamento volta-se à unidimensionalidade.

Os autores avaliam que as mudanças no comportamento dos atores podem ter dois significados: a emergência de um novo sistema que dê conta das novas divisões pode ser resultado de divergências internas; ou a renovação dos membros do parlamento, que leva à mudança no posicionamento dos partidos.

A abordagem institucional histórica argumenta que os partidos não são apenas atores que respondem à opinião dos eleitores. São instituições que recebem as influências das crenças e valores que estão presentes desde sua fundação. Esses valores sempre estarão presentes no partido embora sua força possa variar de um para outro. Tal fato sugere que a análise dos partidos deve agregar uma abordagem histórica, ou seja, é importante analisar os fundamentos do partido desde seu surgimento (Ware, 1996), analisar seus programas e manifestos. Nessa linha, Klauss Von Beyme (*apud* Ware, 1996) classifica em nove os grupos partidários, organizações partidárias ou famílias. Tal classificação foi criada a partir da observação dos partidos europeus tradicionais. De acordo com o autor os partidos podem ser:

- 1- Partidos liberais e radicais
- 2- Partidos conservadores
- 3- Partidos socialistas e social democratas
- 4- Partidos cristãos
- 5- Partidos comunistas
- 6- Partidos agrários
- 7- Partidos regionais e étnicos
- 8- Partidos de direita extremistas
- 9- Movimento ecologista

Posteriormente foi possível observar o surgimento de modelos híbridos que são reflexos das transformações político-sociais observadas ao longo do século XX. Contudo, esses híbridos dificilmente podem ser associados aos partidos tradicionais, por seu caráter mais difuso.

Ware (1996) avalia que esse tipo de abordagem apresenta algumas vantagens, mas possui muitas limitações uma vez que falha em capturar alguns aspectos sutis, porém importantes, da vida dos partidos e corre-se o risco de englobar como iguais partidos que de fato apresentam mais divergências que similitudes. Um dos problemas é que ao se focar nos programas dos partidos esse tipo de abordagem deixa de analisar outras características importantes, uma vez que os programas contemplam apenas alguns aspectos da ideologia, e nem tudo em que acredita ou defende o partido está escrito.

A maneira encontrada por Von Beyme para localizar ideologicamente o partido, para além da análise dos programas, é baseado no uso de duas escalas: em uma delas se avalia a posição do líder em relação à propriedade pública dos bens de produção. A outra analisa a posição do líder com relação às questões sociais (Ware, 1996).

A *saliency theory*, defendida originalmente por David Robertson (1976) defende que os partidos competem enfatizando diferentes questões muito mais que tomando posições diferentes sobre as mesmas questões, é uma oposição à teoria de Downs. De acordo com essa abordagem os partidos se concentram em temas que consideram ter vantagens sobre seus competidores, não apenas se contrapõem a seus adversários nos temas que defendem. Aos eleitores caberia decidir qual dos conjuntos de questões é mais importante.

O pressuposto é de que as expectativas sobre quais políticas adotar em cada questão costumam ser comuns (todos os eleitores preferem baixar taxas, aumentar o bem-estar, etc.); haveria uma opinião majoritária sobre cada questão, e nenhuma necessidade de contrariá-la frontalmente. O que pode variar e termina por distinguir um partido do outro é o grau em que cada questão é mencionada. Cada partido escolheria enfatizar aquelas questões em que seu desempenho tem mais credibilidade (Tarouco, 2007).

Essa teoria defende que as preferências políticas dos partidos são multidimensionais, de modo que sua aferição não pode ser avaliada unicamente na dimensão esquerda-direita.

As três abordagens prevêem que não obstante sejam criados com uma determinada ideologia situada em um ponto específico do espectro ideológico, os partidos podem mudar de posição. Essa alteração na agenda pode ser motivada por questões pragmáticas (busca de votos) ou por constrangimentos do sistema partidário, como defende a abordagem competitiva, ou pela adequação a um novo contexto político. Não obstante, os institucionalistas, que concordam com o caráter transformativo desses atores, defendem que a mudança não significa o abandono total do projeto original; alguns traços característicos permanecem presentes.

Contudo, o que essas teorias não prevêem é que o posicionamento do partido na escala esquerda-direita não é somente unidimensional. A economia é um forte preditor do posicionamento ideológico dos partidos, mas não o único. De acordo com os teóricos da social democracia contemporânea (entre eles destacamos Garret, 1998; Boix, 1998, Anderson e Camiller, 1996), a economia é um estimador, porém, os partidos progressistas buscam implementar uma política social abrangente capaz de proporcionar o bem estar da população, garantir de trabalho e promover programas sociais. Enquanto, por outro lado, os ortodoxos não priorizam essas políticas.

Problematização da utilização da escala esquerda-direita como instrumento de análise da competição política no Brasil

No Brasil não faltam trabalhos que utilizam a escala contínua esquerda-direita para classificar nossos partidos políticos (Souza, Figueiredo & Lima Jr, 1987; Rodrigues, 1987; Lamounier, 1989; Kinzo, 1993; Figueiredo e Limongi, 1999; Mainwarring, Power & Meneguello, 2000; Power e Zucco, 2009). A posição dos partidos brasileiros neste espectro não apresenta grandes variações a cada trabalho, normalmente o PT, o PDT, e o PC do B estão à esquerda, o PMDB ao centro, e o PSDB, o PDS/PR/PPB/PP, o PTB, e o PFL/DEM à direita. O que diferencia uma escala de outra é a forma de mensuração e os métodos empregados, que determinam com um pouco mais de precisão a posição correta dos partidos. Por exemplo, ao utilizar o método de autoposicionamento¹ com os deputados federais brasileiros fazendo uso de uma escala intervalar em que os

¹ Para mais detalhes sobre os métodos de classificação de partidos políticos no espectro esquerda-direita ver Maciel (2009). *Classificação Ideológica de Partidos Políticos: um desafio metodológico*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

parlamentares posicionam a si, ao seu partido e aos demais em uma escala em que 1 representa a posição extrema esquerda do espectro e 10 a extrema direita, Power e Zucco (2009) observam que PT e PSDB estiveram muito próximos no início dos anos 1990, se afastaram entre 1993 e 2001 (anos em que o PSDB esteve à frente do executivo federal) e têm se reaproximado no espectro ideológico ao longo das recentes legislaturas. PT se encontra localizado na centro-esquerda, enquanto o PSDB está na centro-direita. Os autores concluem que a distância entre eles vem se reduzindo, apesar de ambos ainda se posicionarem em lados opostos na escala.

Apesar desta convergência entre os pesquisadores, a interpretação da competição e da clivagem política entre os atores no Brasil por meio da escala esquerda-direita não tem sido trabalho fácil nos últimos tempos. Vários fatores dificultam a observação clara das diferenças entre nossos partidos. A complexidade das regras eleitorais – sistema majoritário, de representação proporcional de lista aberta, e a necessidade do estabelecimento de alianças entre os partidos no contexto multipartidário - em conjunto com um sistema partidário altamente fragmentado dificulta a inteligibilidade da competição partidária (Kinzo, 2005).

A diversidade atualmente observada nas coalizões de governo pode ser destacada como um relevante fator que dificulta o delineamento das distinções entre os partidos. Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, Figueiredo e Limongi (1999) encontram um padrão de coalizões partidárias nas votações nominais do Congresso Nacional tendo como base a indicação de voto dos líderes partidários dos sete maiores partidos: PDS/PPR, PFL, PTB, PMDB, PSDB, PDT e PT. Figueiredo e Limongi observam em suas análises três blocos ideológicos: direita (PDS/PPR, PFL e PTB), centro (PMDB e PSDB) e esquerda (PDT e PT). Os autores concluem que coalizões contíguas são a regra; “a probabilidade de dois partidos adjacentes votarem de maneira análoga é sempre maior que a de partidos não adjacentes” (Figueiredo e Limongi, 1999). No entanto, ao analisar as indicações de votos semelhantes das lideranças partidárias no primeiro ano do governo Lula, Santos e Vilarouca (2004) observam um aumento no número de indicações semelhantes de votos entre o grupo formado por PPB, PMDB, PL, PTB e PT. Como se pode observar, o PTB, partido reconhecido pela literatura, inclusive por Figueiredo e Limongi, como de direita, e o PMDB, que fez parte da coalizão de governo de Fernando Henrique e costumavam votar junto com o PSDB na Câmara, passam a votar alinhados com o governo do PT. Assim, Santos e Vilarouca (2004)

concluem que no primeiro ano de Lula o “tom do posicionamento dos partidos deixa de ser ideológico, tornando-se mais propriamente governo + independentes *versus* oposição”.

Nesse sentido, supõe-se que existem outros fatores, além da ideologia, que são responsáveis por guiar o comportamento dos legisladores em âmbito parlamentar, como a repartição de recursos públicos pelo Executivo por exemplo (Zucco, 2009; Santos, 2002). A eleição de Lula e a formação de uma coalizão de governo ideologicamente incoerente desempenha, segundo Zucco (2009), o papel de um experimento natural, sendo possível perceber *prima facie* que comportamento não reflete necessariamente ideologia.

Santos, Borges e Barata Riberio (2011) explicam que o governo Fernando Henrique inaugurou um novo padrão de governança, haja visto a necessidade do estabelecimento de coalizões por conta de nosso sistema multipartidário. Nesse contexto passou-se a distribuir de forma proporcional os ministérios para a formação do gabinete de acordo com a força legislativa dos partidos que faziam parte da coalizão. Dessa forma, ao analisarem os gabinetes ministeriais de Fernando Henrique e Lula, verificam que os gabinetes do primeiro foram menos heterogêneos e fragmentados que os do segundo. Concluem que nos dois governos de Lula a bancada dos partidos de esquerda² era menor que as dos partido de direita e centro-direita no período de Fernando Henrique, e por isso foi necessário recorrer aos partidos heterogêneos ideologicamente para a formação dos gabinetes a fim de aumentar o apoio no Legislativo. Essa situação era ainda mais premente no primeiro gabinete de Lula que optou por deixar de fora o partido do centro, o PMDB.

Por esta razão é possível observar na coalizão de governo de Lula partidos que fizeram parte do governo de Fernando Henrique, o que explica porque este governo contraria o achado de Figueiredo e Limongi (1999) de que coalizões contíguas são a regra, ao mesmo tempo que corroboram o argumento de Zucco (2009) de que outros fatores além da ideologia influenciam o comportamento dos partidos, como os recursos concentrados no Executivo, como é o caso da nomeação para ministérios.

Outra questão que se coloca é se os partidos fazem alguma diferença do ponto de vista do eleitor, ou seja, em que medida esses atores oferecem aos eleitores opções

² Os autores classificam os partidos da seguinte forma: 1) direita e centro-direita: DEM e PSDB; 2) centro: PMDB; 3) esquerda e centro esquerda: PT, PC do B, PPS, PV, PDT, PSB e PSOL; 4) clientelistas: PTB, PP e PR

políticas distintas, além de serem capazes de criar identidades as quais os eleitores utilizam como atalho na hora de votar. No sistema político brasileiro, “a estrutura de incentivos sob os quais os atores competem por votos contribui para dissipar as distinções entre os partidos” (Kinzo, 2005). Como os partidos têm menos visibilidade que os candidatos se torna difícil criar uma identificação e estabelecer lealdades junto ao eleitorado. Nesse sentido, corroborando nosso argumento, afirma Kinzo (2005) que

Os eleitores apresentam dificuldade de identificar os partidos como atores políticos distintos, isto é, como entidades que estruturam a escolha eleitoral e criam identidades. Em outras palavras, em uma situação de intensa fragmentação e falta de nitidez do sistema partidário em decorrência da prática de alianças eleitorais – para não mencionar a prática de governo de coalizão – é difícil para o eleitor mediano fixar a imagem dos partidos, distinguir seus líderes e propostas e assim, estabelecer uma lealdade partidária (Kinzo, 2005).

Por fim, um último fator que dificulta o estabelecimento de diferenças entre os partidos é a ausência de direita no sistema político brasileiro. Pesquisas de autoposicionamento com membros da Câmara Federal mostram que os deputados brasileiros costumam posicionar a si e ao seu partido mais à esquerda do que julgam os demais deputados sobre este mesmo partido (Mainwarring, Power e Meneguello, 2000). Nesse sentido, “a julgar pela autodefinição política dos deputados, o Brasil seria um país sem direita” (Rodrigues, 1987). Ao fazer essa pesquisa na Assembléia Constituinte, Rodrigues (1987), chega à seguinte conclusão:

(...) ser (ou parecer) de esquerda radical não é bom mas pior ainda é ser (ou parecer) de direita. Como sugerem as discrepâncias entre o mapa político-ideológico do Congresso desenhado pelos observadores e o mapa resultante das autodefinições dos políticos, a etiqueta direita é menos valorizada do que a esquerda. O fato é indicativo de uma predominância ideológica da esquerda, o que não significa dizer necessariamente uma prática política de esquerda (na hipótese de que fosse possível definir com alguma exatidão o que seria ela) (Rodrigues, 1987).

Power e Zucco (2009) nos lembram que esse fenômeno foi apelidado nos anos 80 como “Direita Envergonhada”. A pesquisa dos autores tem como objetivo fazer uma cartografia do posicionamento ideológico dos partidos brasileiros no Congresso Nacional tendo por base a pesquisa de Power sobre o autoposicionamento dos parlamentares em

cinco legislaturas desde 1990. A partir do trabalho dos autores é possível observar que esse fenômeno perdurou durante toda história democrática recente do Brasil. Para eles, a “direita envergonhada” nunca foi verdadeiramente um fenômeno pós-autoritário, sendo na verdade muito mais antigo. Ela poderia ser o reflexo de uma elite que deseja se esquivar da responsabilidade pelas desigualdades sociais do país, ou ainda, a tentativa dos membros desse grupo de se dissociar da ditadura militar e reinventar sua imagem.

Dessa forma, concluímos que todos os fatores anteriormente discutidos dificultam a observação de diferenças nítidas entre os partidos. Porém, apesar da dificuldade de se observar as diferenças entre esses atores, tendo em vista todos os fatores elencados acima, não é possível afirmar de antemão que os partidos no Brasil são todos iguais. Desse modo, o objetivo dessa pesquisa será avaliar se existe distinção entre esses atores por meio da análise de suas posições quanto à temas de políticas específicos segundo o que estabelecem seus programas.

Métodos da pesquisa

Como explicado anteriormente, utilizamos a escala esquerda-direita apenas como um instrumento para identificar partidos que se posicionam em pontos diferentes na competição política. O objetivo é analisar seus programas de forma a avaliar se esses partidos realmente são diferentes. Neste sentido, cabe esclarecer que não objetivamos neste trabalho definir quais são os posicionamentos da esquerda e da direita no Brasil em termos de política, mas sim avaliar se os partidos da análise são diferentes, como e quanto.

Os dados do posicionamento ideológico foram obtidos por meio do survey realizado por Timothy Power, cujos dados estão no livro *O Congresso por ele mesmo*³. Os partidos analisados, como anteriormente explicado, são PC do B, PT, PMDB, PSDB e DEM que segundo os dados do survey são classificados como esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita, respectivamente. Os partidos foram escolhidos tendo em vista sua permanente presença na Câmara dos Deputados desde 1990 e por terem feito parte da coalizão de governo em algum momento nos últimos 4 mandatos presidenciais.

³Editado por Timothy Power e Cesar Zucco, editora da UFMG, Belo Horizonte, 2011 (no prelo).

O primeiro passo foi identificar a posição desses partidos com relação à temas como políticas sociais, políticas econômicas e relações internacionais segundo seus documentos: programas partidários ou manifestos mais recentes⁴. Analisamos os seguintes documentos: os programas partidários do PC do B (2009), do PSDB (2009) e do PMDB (1996), as “Diretrizes” e “Ideário” do DEM (2011), e as “Resoluções do 3º Congresso” do PT (2007).

O Democratas não têm documentos intitulados “programas partidários”, por isso para esse partido utilizamos os documentos intitulados “Diretrizes” e “Ideário”. Quanto ao PT, como seu programa partidário é do ano de 1980 supomos que não seria conveniente compará-lo com os documentos dos demais partidos, que são mais atuais. Além disso, acreditamos que o partido ao longo do tempo pode ter revisto várias de suas posições, o que torna esse programa desatualizado. Dessa forma utilizamos o documento “Resoluções do III Congresso” para a análise da posição desse partido. Escolhemos esses documentos nos casos do PT e do DEM por estabelecerem novas diretrizes de atuação e posicionamento quanto à políticas específicas, assim como os programas partidários dos demais partidos.

Nesses documentos foram comparados os posicionamentos dos partidos especialmente em relação à políticas de educação, saúde, assistência social, reforma agrária, intervenção do Estado na economia, desenvolvimento, relações do Brasil com países da América Latina, com os Estados Unidos, com países desenvolvidos e em desenvolvimento. Após a análise e comparação dos documentos é possível ter uma estimativa de como esses atores defendem (ou não) essas políticas, e em que grau, segundo os seus programas. Assim será possível observar se os partidos brasileiros são programaticamente iguais ou diferentes, se enfatizam as mesmas questões ou focam em questões distintas, e quais as ênfases de cada um das cinco organizações analisadas nesse trabalho.

O método utilizado para analisar os documentos é a análise de conteúdo. Este é um método quantitativo para tratamento de dados qualitativos que consiste em classificar unidades de texto (palavras, expressões, frases, de acordo como o documento é segmentado) em categorias de acordo com seu significado para que, a partir de sua

⁴ Tendo em vista o difícil acesso aos documentos dos partidos (estatutos, programas partidários e de governo), optamos por escolher, daqueles que encontramos, os mais recentes e os que temos dos cinco partidos.

quantificação, seja possível criar inferências válidas para o texto original (Tarouco, 2007).

A partir da classificação e quantificação é possível conhecer as ênfases que determinados documentos dão a certas questões e observar a presença ou ausência de pontos pré-determinados, em nosso caso os citados acima (políticas sociais, econômicas e política externa). Para esse estudo foi criado um livro de códigos (em anexo) baseado na categorização do *Manifest Research Group* com a introdução de temas específicos da realidade brasileira (Volkens, 2002; Abela, 2003). Os documentos partidários foram separados em sentenças ou semi sentenças. Cada frase foi considerada uma sentença e nos casos em que eram abordados mais de um tema em uma frase essa foi desmembrada em semi-sentenças. A cada sentença foi atribuído um código de acordo com o livro de códigos. Aquelas que não se enquadravam nos códigos pré-estabelecidos foram classificadas com o código 800. Também foram classificadas como 800 sentenças sobre contextualização e histórico. As sentenças codificadas deveriam ser imperativas; deveriam prever ação política ou descrever crenças ou ideário do partido. Para o total de sentenças foram somadas apenas as válidas, ou seja, todas exceto as codificadas com 800. A seguir, foram tiradas porcentagens da quantidade de vezes que os códigos eram contabilizados para cada partido já que os números de sentenças e semi-sentenças variavam para cada documento.

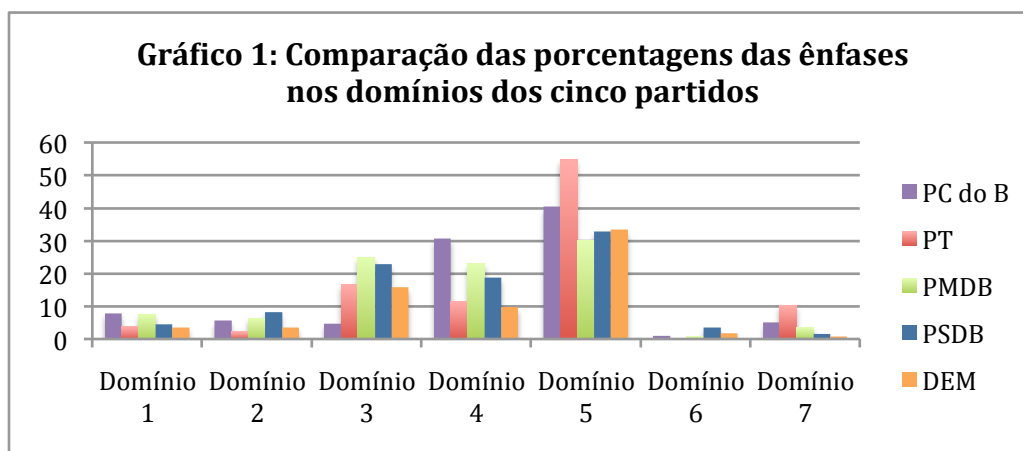
Utilizamos os cinco domínios criados pelo *Manifest Research Group*, e os temas dentro de cada domínio foram adaptados de acordo com a realidade brasileira. Os cinco domínios são:

- Domínio 1- Relações Internacionais
- Domínio 2- Liberdade e Democracia
- Domínio 3- Sistema Político
- Domínio 4- Economia
- Domínio 5- Bem Estar e Qualidade de Vida
- Domínio 6- Estrutura da Sociedade
- Domínio 7- Grupos Sociais

Após a codificação foi possível estabelecer as ênfases de cada um dos programas. Os resultados são apresentados na próxima seção.

Análise dos dados

O primeiro achado deste trabalho é que os cinco partidos analisados concentram suas ênfases nas políticas dos domínios 3, 4 e 5, respectivamente: Sistema Político, Economia e Bem Estar. O domínio 5, que agrega as políticas de bem estar como saúde, educação, infra-estrutura, emprego, políticas de combate à fome, etc, é o mais enfatizado por todos os partidos. Cabe destacar que dentre essas políticas há maior ênfase para educação.



Como podemos observar, todos os partidos, exceto o PC do B, atribuem maior ênfase ao domínio 3, sobre sistema político, que o domínio 4, sobre economia. Poderíamos esperar que os temas de economia fossem, junto com políticas de bem estar, as mais enfatizadas por todos os partidos tendo em vista o histórico brasileiro de crises econômicas. Levando em conta que todos os documentos abordados, inclusive o mais antigo, do PMDB, foram desenvolvidos em períodos de estabilidade econômica, o que observamos é que as prioridades dos partidos, resolvida a questão da inflação e das frequentes crises políticas, têm se voltado para políticas de bem estar. A ênfase das políticas de bem estar podem estar relacionadas também à ênfase dada para este tema pelo governo Lula e sua boa repercussão junto à população, uma vez que todos os documentos foram concebidos durante o segundo mandato do presidente, exceto o programa do PMDB. É possível observar que as ênfases variam dependendo do contexto histórico.

Interessante observar que o domínio 7, que conjuga políticas para grupos sociais, dentre eles políticas para minorias, não é muito enfatizado pelos partidos. A análise dos

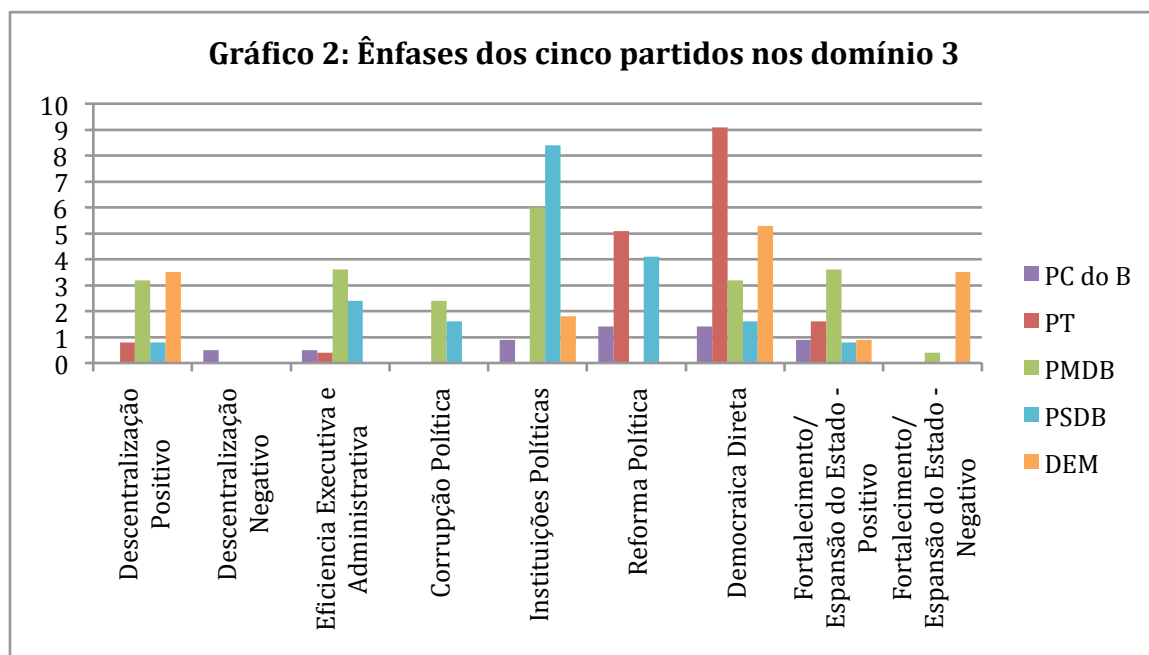
documentos indica que os partidos têm uma preocupação esparsa com relação a políticas para índios e negros, dando maior foco para políticas para jovens e mulheres. Contudo, a baixa ênfase dada a esse domínio demonstra a pouca importância dada pelos partidos com maior representação no Congresso brasileiro para políticas públicas voltadas à minorias neste país multiétnico e ainda tão desigual.

O gráfico 1 mostra que o domínio 6, Estrutura da Sociedade, é o menos enfatizado pelos partidos, sendo que o PMDB não faz nenhuma menção aos temas desse domínio. Os únicos temas citados pelos partidos são “Lei e Ordem” (em sua maioria) e “Harmonia Social”. Lei e Ordem diz respeito não apenas à criação e efetivação de leis, mas a sua fiscalização, que pressupõe a ordem. Harmonia Social diz respeito ao relacionamento equilibrado dos diversos grupos da sociedade e a implementação de políticas que possibilitem essa harmonia. Nesse sentido, Harmonia Social também está diretamente associada a políticas para grupos sociais, especialmente para minorias, assim como à Lei e a Ordem. Tendo em vista a associação entre esses temas era de se esperar que a baixa ênfase de um deles resultaria na baixa ênfase do outro.

Fato que deve ser destacado é que nenhum dos partidos faz menção, à favor ou contra, à temas morais como aborto, legalização de drogas, criminalização da homofobia, etc. Isso demonstra que esses temas não estão na pauta do debate político, sendo ele concentrado principalmente em temas de economia e políticas de bem estar. Cabe ressaltar também que o tratamento destes temas, ou seja, a definição de ações a tomar com relação às políticas específicas de economia e política que elencamos para esses domínios (4 e 5) apresentam alguma semelhança entre os partidos. O que diferencia os partidos, segundo seus documentos políticos, são as ênfases dadas aos temas. Os partidos da análise não apresentam políticas conflitantes; eles dão pesos diferentes para cada política.

O partido que mais enfatiza em seu programa políticas do domínio 1, Relações Internacionais, é o PC do B, seguido de PMDB, PT, DEM e PSDB. Contudo, o partido que aborda o maior número de temas é o PT, porém de forma dispersa. Dentre os temas desse domínio, a defesa da soberania, do interesse nacional e dos objetivos estratégicos do Brasil é o único abordado por todos. A ênfase dada aos países da América Latina pela política externa de Lula nos fazia esperar que esse partido fosse o que mais enfatizasse políticas de aproximação com países desse continente. No entanto, esse tema é mais enfatizado pelo PC do B, seguido por PMDB e por último PT. PSDB e DEM não

mencionam esse tema em seus documentos. PT e PSDB dão a mesma ênfase em seus programas para os temas “Relações com países desenvolvidos” e “Relações com países em desenvolvimento”. Os demais partidos não fazem menção a esse tema; apenas o PMDB enfatiza as “relações com países em desenvolvimento”, em proporção ainda maior que PT e PSDB.



O gráfico 2 nos apresenta os resultados do Domínio 3, Sistema Político. Esse Domínio apresenta uma forte dispersão da ênfase nos temas pelos partidos aqui analisados. Tal dispersão assinala para o fato de que os atores políticos em questão apresentam ênfases diferentes quando o assunto é Sistema Político. A presença dos temas antagônicos (Descentralização positivo/negativo e Fortalecimento Expansão do Estado positivo/Negativo) demonstram que os partidos apresentam divergências em questões fundamentais. Dentre os demais temas dois não são mencionados pelos cinco partidos: Corrupção Política e Instituições, o que mais uma vez corrobora a tese de que os partidos têm ênfases programáticas distintas.

Ressaltar essa dispersão é importante pois nos demais domínios existe uma concentração de ênfases em temas específicos, enquanto os demais praticamente não são citados. Essa concentração revela que os partidos se diferenciam por suas ênfases programáticas sobre as mesmas políticas e não porque defendem políticas distintas e/ou

contraditórias. O domínio 3 apresenta uma informação diferente: neste domínio as ênfases não são concentradas, elas estão dispersas entre os vários temas o que pode demonstrar que existe aí uma dimensão em que os partidos apresentam posturas efetivamente diferentes, não apenas pesos distintos para as mesmas políticas.

O resultado observado no Domínio 3, ilustrado no gráfico 2 acima, apresenta uma forte dispersão dos temas abordados pelos partidos analisados. Os cinco fazem referências à instituição e/ou fortalecimento dos mecanismos de Democracia Direta, tema muito em voga atualmente. O PT é o que mais faz citações sobre esse tema, seguido pelo DEM e em menor proporção pelos demais. Outro tópico mencionado pelos cinco é o Fortalecimento/ Expansão do Estado. Cabe destacar que os partidos citam mais o fortalecimento, sendo o PC do B o único que trata da Expansão, enquanto o DEM vê a Expansão do Estado como algo negativo. A defesa da Descentralização como um fator positivo só não é citado pelo PC do B, que está a favor da centralização. O tema Instituições Políticas é fortemente mencionado pelo PSDB e pelo PMDB seguidos pelo DEM e PC do B.

A Reforma Política é um tema destacado pelo PT, PSDB e PC do B, com destaque para o debate acerca do sistema de lista aberta. Instituições Políticas é um tema muito presente na agenda do PSDB e do PMDB, seguidos pelo DEM e PC do B. Os partidos destacam a necessidade de mudar o atual quadro a fim de tornar as instituições mais eficientes e condizentes com a realidade. No que tange à Eficiência Executiva e Administrativa os partidos argumentam que é necessário que o Estado seja mais eficiente em sua administração e na execução das políticas. A corrupção política, presente nos documentos do PSDB e PMDB, desponta como um dos maiores males dos governo brasileiro; esses partidos fazem um discurso enfático contra essa questão.

A dispersão de temas abordados no Domínio 4 pelos partidos demonstra que os mesmos têm ênfases distintas quando se trata de economia. Três temas são abordados pelos cinco partidos: Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Tributação e Impostos. O primeiro continua sendo um tema importante na agenda, sendo citado com considerável proporção. O debate sobre a implantação de um programa de desenvolvimento sustentado tem estado na pauta da política econômica brasileira desde os anos 1970, e, pelo que podemos observar, ainda é uma preocupação dos nossos partidos políticos.

Outra temática observada em todos os atores analisados é Ciência e Tecnologia,

tema relativamente atual que vem ganhando espaço no debate político, especialmente como modo de garantir o desenvolvimento e a independência do país quando se trata de tecnologia de ponta. Tributação e impostos é tratado de maneira diferenciada; o PC do B defende maior tributação, PT, PMDB, PSDB e o DEM defendem a racionalização da tributação, com sua aplicação em prol do desenvolvimento.

Os Incentivos à indústria, comércio, atividade econômica, etc., e a Produtividade são defendidos pelo PMDB, PSDB e DEM, enquanto o Controle Econômico foi um tema citado pelo PC do B, PT e PMDB. O único que não fez referência ao Comércio Exterior foi o PC do B. Por outro lado esse foi o único partido que tocou no tema da Nacionalização. Cabe um destaque para a Análise Marxista, no PC do B, responsável por 14,9% das citações do partido nesse Domínio.

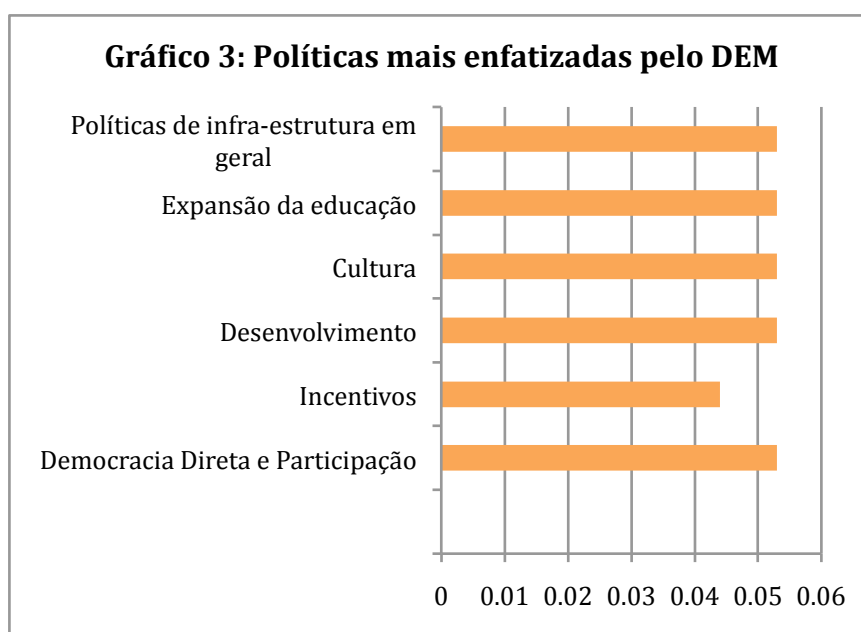
O Controle da Inflação, e Equilíbrio Econômico/Estabilidade são temas pouco abordados, fato que pode se dar pela estabilidade da moeda e o controle da inflação nos anos 1990. Contudo o PSDB é o que mais referências faz à Estabilidade, por julgar que o PT está administrando mal a economia.

O partido que mais enfatiza políticas de bem estar, Domínio 5, é o PT, seguido de DEM, PC do B, PSDB e PMDB. A política mais enfatizada é a de educação, com destaque para o PT que destina 24% de seu texto a esse tema. O segundo programa mais citado é Política Agrícola/ Reforma Agrária, sendo o PT o partido que mais aborda esse tema. PMDB e PSDB não mencionam essa política em seus programas. O tema menos abordado é Políticas de Combate à Fome/ Programas de Alimentação, que são tratados apenas pelo DEM, em primeiro lugar, seguido pelo PT.

A análise das políticas específicas mais enfatizadas refletem o resultado da análise dos domínios. O gráfico 3 mostra que as políticas mais desenvolvidas nos documentos do DEM são políticas de infra-estrutura em geral, que englobam políticas de habitação, saneamento, urbanização, etc; políticas de educação e cultura; desenvolvimento econômico; incentivos econômicos, entendidos como investimentos e subsídios; e democracia direta e participação, que abarcam políticas de gestão participativa, participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas, orçamento participativo, entre outros. Assim, temos entre as políticas mais enfatizadas pelo DEM três de bem-estar, duas de economia e uma de sistema político.

Como podemos observar no gráfico 2, o DEM dá maior ênfase, como os demais partidos, aos domínios 3, 4 e 5 que englobam temas relacionados à Sistema Político,

Economia e Política. Os domínios relacionados à temas de classes sociais e Estrutura da Sociedade, domínios 6 e 7, são apenas citados. Temas de Relações Internacionais (domínio 1) e Democracia e Liberdade (domínio 2) são citados na mesma proporção. Quanto aos temas de Relações Internacionais vale destacar que os textos sobre se resumem a afirmações quanto o papel do partido na defesa da soberania nacional e a ativa inserção no sistema internacional, porém, sem definir políticas específicas para efetivar tais objetivos. O domínio 2, apesar de ser pouco enfatizado, apresenta forte associação entre democracia e liberdade; os dois temas são igualmente tratados e fortemente relacionados. Democracia pressupõe liberdade segundo o DEM. Essa associação não é tão clara nos demais partidos.

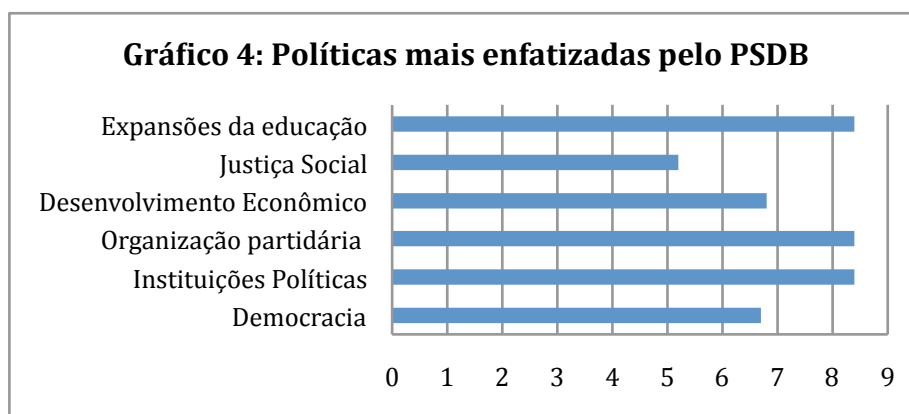


Segundo o gráfico 1 os principais domínios abordados pelo PSDB são: 5, 3 e 4. Diferentemente do que se poderia imaginar, a maior ênfase do PSDB não são as políticas econômicas⁵ mas, assim como os demais, as políticas de Bem Estar e Qualidade de Vida, com destaque para os temas de Educação e Justiça Social (Gráfico 4). O segundo domínio mais citado pelo PSDB é o 3, Sistema Político, com destaque para Instituições Políticas. O domínio Economia é o terceiro mais presente nos documentos do partido.

⁵ Diferentemente do programa de fundação e no programa de 2001 onde a ênfase era na Economia o programa de 2007 enfatiza Bem Estar e Qualidade de vida.

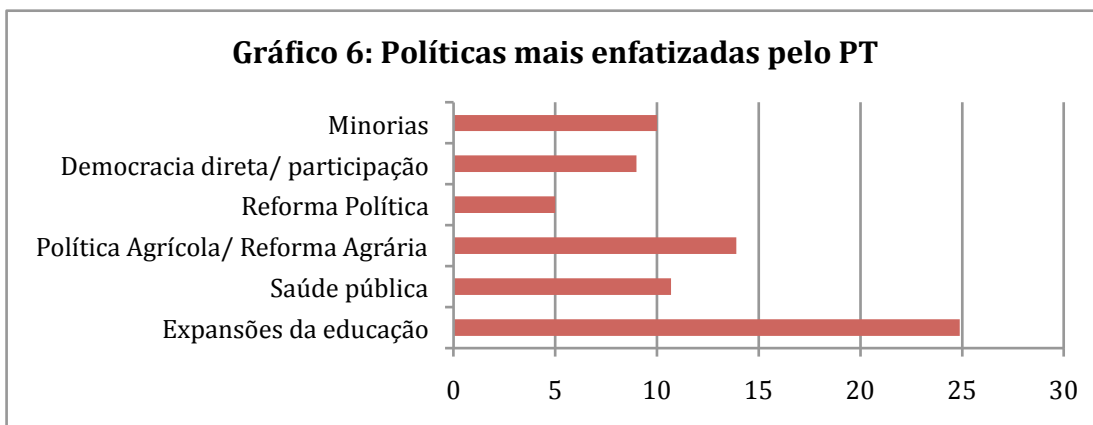
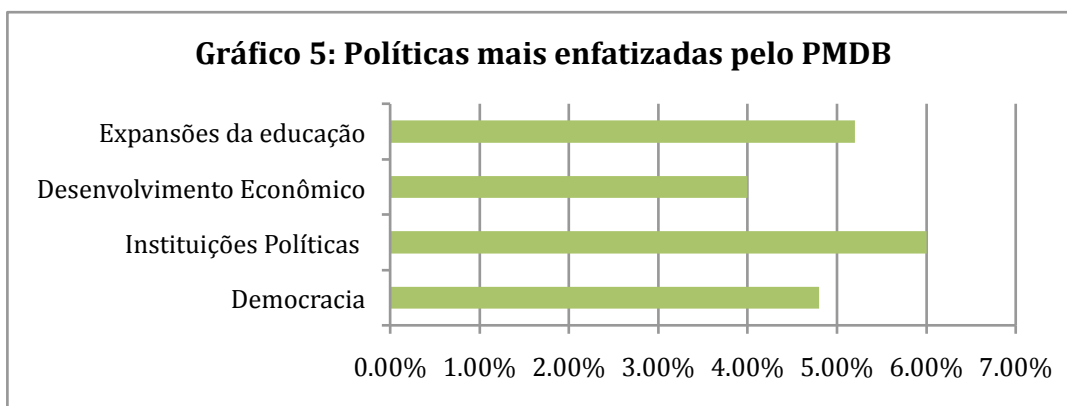
Os domínios 6 e 7 são os menos citados pelo partido. No domínio 6 o destaque é para Lei e Ordem e no domínio 7 para Grupos Minoritários. É importante destacar que dentre esses grupos há uma maior preocupação com mulheres, referências a negros e indígenas são muito discretas.

Uma das características do programa do PSDB é a análise histórica e a crítica ao governo do PT. As políticas mais enfatizadas pelo partido são apresentadas no gráfico 4. Assim como os outros partidos aqui analisados, o PSDB apresenta um forte discurso em favor da expansão da educação e da educação pública de qualidade, e destaca também a necessidade de que o país se torne mais justo socialmente (temas do domínio 5). A forte preocupação do partido com a Organização Partidária e com a efetividade das Instituições Políticas também podem ser observadas no documento. As questões econômicas aparecem em quarto lugar, com forte destaque para Desenvolvimento Econômico. É possível notar também um forte discurso em favor da democracia; é curioso observar que mesmo com a estabilidade democrática vivenciada nos últimos anos esse tema ainda ocupe espaço relevante no discurso dos partidos.



As ênfases nos domínios do PMDB são bem parecidas com a do DEM. Contudo, no domínio 2 deve se destacar a forte ênfase que o partido dá ao tema da democracia, sendo que os outros temas como liberdade e direitos humanos são apenas citados. Tendo em seu vista o histórico, seu papel como o partido da oposição ao regime militar e da transição para a democracia quando ainda era MDB, era de se esperar a ênfase na nesse tema. Como veremos a seguir, apesar do domínio Liberdade e Democracia não ser o mais citado, o tema democracia está entre os mais enfatizados do partido.

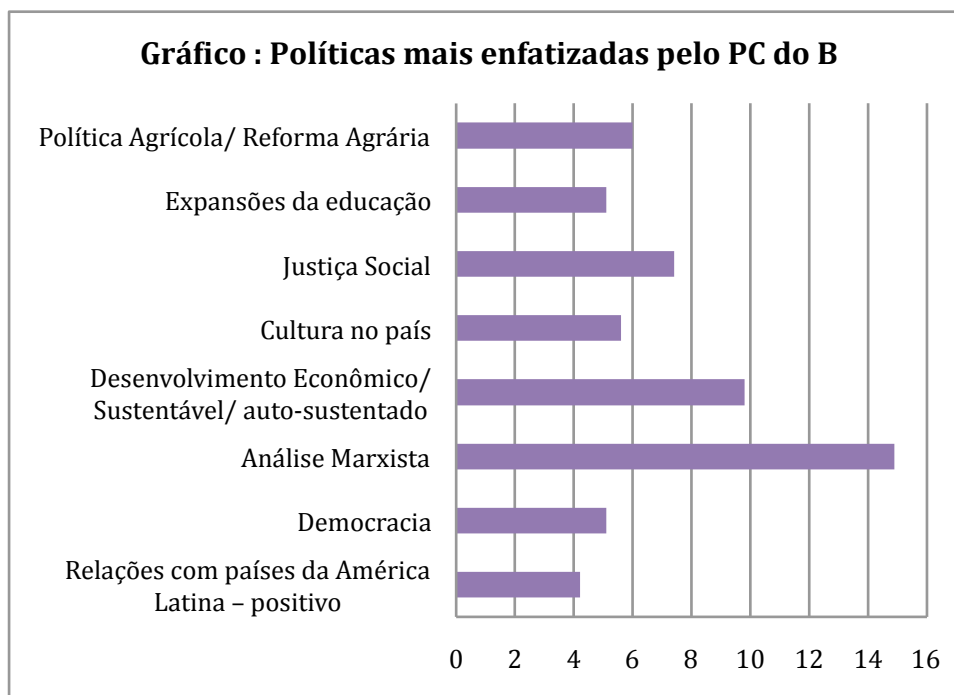
Segundo o gráfico 5 abaixo os *issues* mais enfatizados pelo PMDB são: educação, desenvolvimento econômico, instituições políticas e democracia. O tema instituições políticas versa sobre o que os partidos defendem com relação a esse tema, mas que não necessariamente são propostas a serem tratadas na Reforma Política.. No caso específico do PMDB algumas sentenças poderiam ser classificadas como Reforma Política já que previam alguma mudança no sistema estabelecido. No entanto, várias dessas sentenças não demonstram como essas mudanças deveriam ser feitas, como é o caso do PT que prevê ações específicas para a Reforma Política. Além disso, a forma como as sentenças são escritas se aproximam mais do estabelecimento de um ideário do que de políticas efetivas.



Os domínios mais enfatizados pelo PT são o 5, 3 e 4. O gráfico 6 acima mostra as ênfases políticas no documento analisado do PT. Quanto às políticas de Bem Estar o PT

ênfata a política agrícola e reforma agrária, saúde pública e educação. Este é o partido que mais aborda o tema das minorias, destinando 9% de seu texto a este tema. No caso do PT este tema está diretamente relacionado com o tema da democracia direta e da participação, também um dos temas mais enfatizados. No governo do presidente Lula houve uma expansão considerável dos experimentos democráticos de participação da sociedade civil, principalmente de grupos minoritários, na proposição de políticas públicas, em grande medida nas Conferências e Conselhos Nacionais de Políticas Públicas. Destaca-se a criação nesse governo da Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial, da Conferência e do Conselho Nacional LGBTTT.

Quanto ao PC do B, podemos observar no gráfico 1 que o partido enfatiza os temas do domínio 5, Bem estar e Qualidade de vida, seguido de Economia. Dentro desses domínios a ênfase no domínio 4 é com relação a Análise Marxista, seguida por Desenvolvimento Econômico. O Programa do PC do B apresenta um teor com forte apelo marxista, e as palavras mais presentes são: revolução, transição e socialismo. A forte presença desse tema eleva a participação do partido no domínio 4; se isolarmos essa temática as citações para temas de economia caem pela metade. O domínio 6, quase não aparece no documento com uma única citação para Harmonia Social.



Dentre os temas enfatizados pelo partido, destacam-se: Análise Marxista, seguida de Desenvolvimento econômico (temas do domínio 4), Justiça Social, Reforma Agrária Cultura, e Educação (do domínio 5), Democracia (domínio 3) e Relações com países da América Latina (domínio 1), com forte ênfase no fortalecimento dos laços com os países sul-americanos. O partido defende ainda o fortalecimento da soberania nacional frente os interesses “imperialistas”.

Considerações finais

Esse é um trabalho inicial de uma agenda de pesquisa. Pretendemos a partir daqui continuar analisando as diferenças e similitudes dos principais partidos brasileiros que apesar de serem vistos como “a mesma coisa” tem características próprias. Características essas que refletem sua história, seu posicionamento frente às questões políticas, às disputas políticas e ao contexto nacional e internacional.

Nossa primeira contribuição é uma análise mais sistemática dos programas dos partidos, dados esses que não são muito explorados nas análises sobre esses atores. Obviamente, como já explicado, nada podemos falar do comportamento dos partidos a partir de seus programas. No entanto, esses documentos são aprovados pela maioria de seus membros nos órgãos de sua estrutura interna em que são feitas as deliberações. Dessa forma, ao analisar esses documentos acreditamos que estamos obtendo uma estimativa de sua posição na competição política. Para que seja possível falar de comportamento efetivo precisamos levantar outros tipos de dados, como votação por exemplo. Nossa agenda de pesquisa continuará por esse caminho.

Esses documentos refletem a realidade brasileira e por isso foi importante inserirmos temas específicos na codificação. Caso mantivéssemos a classificação original do Manifest Research Group seguramente estaríamos perdendo informações relevantes para o caso brasileiro, uma vez que essa classificação foi feita a partir da análise dos partidos europeus que, como sabemos, já estão discutindo questões pós-materiais, enquanto nós no Brasil ainda não superamos o materialismo. Nossas principais questões ainda são: infra-estrutura, combate a pobreza, educação, entre outros. Estamos conscientes que nossa classificação ainda precisa ser melhorada, mas ela é um primeiro passo para análise de programa de partidos de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Como foi possível verificar nos programas não estamos falando da “mesma coisa”, mas de coisas distintas. Embora os partidos não defendam políticas diferentes, eles dão pesos diferentes às mesmas políticas. Nesse sentido, os partidos brasileiros, ao contrário do que prega a *saliency theory*, não estão buscando novos *issues* que os diferenciem dos demais - como podemos observar nos casos de temas como aborto e drogas que não são mencionados em nenhum programa - mas procuram enfatizar de maneiras distintas aqueles temas priorizados pela maioria dos partidos.

O exemplo mais ilustrativo desta conclusão é que todos os cinco partidos priorizam em primeiro lugar políticas de bem estar. Poderia se esperar, por exemplo, que o PSDB priorizasse políticas econômicas, tendo em vista seu importante papel na estabilização da economia, enquanto o PT enfatizasse políticas de bem estar. Assim, os partidos se diferenciariam por serem representantes de políticas diferentes. No entanto, o que se observou é que todos se preocupam prioritariamente com políticas de bem estar, embora enfatizem políticas diferentes: alguns dão maior peso à educação, enquanto outros enfatizam políticas de infra-estrutura em primeiro lugar, por exemplo.

Nessa primeira etapa de nossa pesquisa, foi possível observar as diferenças enfáticas dos partidos nas temáticas que havíamos proposto: Relações Internacionais, Economia e Bem Estar e Qualidade de Vida. Além desses o Sistema Político apresentou um resultado que não prevíamos mas que demonstra as divergências nas ênfases dos partidos aqui analisados. Enquanto nos demais domínios os partidos concentravam suas ênfases nos mesmos temas, neste domínio os partidos apresentaram ênfases mais dispersas, como ilustra o gráfico 2. No domínio 1, Relações Internacionais, por exemplo, os partidos concentram seus textos nos temas soberania/interesses nacionais/objetivos estratégicos e atuação em organismos internacionais, sendo os outros temas citados brevemente. No caso do domínio 3, Sistema Político, não existe concentração de ênfases em temas; as referências variam de partido para partido.

Por fim, a conclusão a que chegamos é que políticas de bem estar e econômicas não criam clivagens na competição política, sendo igualmente importantes para todos os partidos. Ao mesmo tempo, elas continuam sendo as políticas que pautam o debate político para essas organizações. Aparentemente ainda não existe espaço para novas questões políticas. A única questão que parece apresentar contrariedades e talvez possa criar algum tipo de clivagem política é o sistema político.

Analisando os documentos pouco se pode falar de ideologia: talvez as diferentes ênfases dadas às políticas específicas, dentro dos domínios, pudesse indicar algum posicionamento ideológico. No entanto, a análise dos dados levantados a partir dos documentos dos partidos nos permite afirmar sim que os partidos são diferentes, porém não por uma dimensão puramente ideológica mas pelos diferentes pesos dados às políticas.

Anexo 1 – Tabelas de ênfases nos domínios 1, 4 e 5

Tabela 1 - Comparação dos temas do Domínio1- Relações Internacionais/Partido

	PC do B	PT	PMDB	PSDB	DEM
Relações com países em desenvolvimento	0	0,4	1,6	0,4	0
Relações com países desenvolvidos	0	0,4	0	0,4	0
Defesa da soberania	3,7	0,4	3,2	3,2	2,6
Atuação em org. internacional	00	1,2	0,8	0,4	0,9
Relação com países da AL-positivo	4,1	1,6	2	0	0
Relação com EUA -positivo	0	0	0,4	0	0
Relação com EUA-negativo	0,9	0	0	0	0
Autodeterminação dos povos - positivo	0,5	0,8	0	0	0
Total	9,2	4,8	8	1,6	3,5

Tabela 2 - Comparação dos temas do Domínio 4- Economia/Partido

	PC do B	PT	PMDB	PSDB	DEM
Livre iniciativa	0	0	0,4	0	0,9
Incentivos	0	0	3,2	1,2	4,4
Regulação do Mercado	0	0	0,4	0	0
Planejamento econômico	0	0	0,4	0	0,9
Corporativismo	0	0	1,2	0	0,9
Protecionismo – Positivo	0	0	0,4	0	0
Gestão da demanda Keynesiana	0	0,4	0	0	0
Produtividade		0	2,4	0,4	2,6
Ciência e Tecnologia	1,4	0,4	2	1,2	1,7
Controle econômico	0,9	0,4	2,4	0	0
Nacionalização	0,5	0	0	0	0

Análise Marxista	14,9	0	2	0	0
Anti-Crescimento econômico	0	0	0	0	0
Desenvolvimento Econômico	9,8	4,4	4	6,8	5,3
Controle da inflação	0	0	0,4	0,4	0,9
Equilíbrio Fiscal / Estabilidade	0,9	0	0,4	4	0
Tributação/ Impostos	2,3	0,8	1,2	1,6	1,7
Comércio Exterior	0	0,4	2	3,2	0,9
Total	30,7	6,8	22,8	18,8	20,2

Tabela 3- Comparação temas do Dominio 5- Bem Estar e Qualidade de Vida/Partido

	PC do B	PT	PMDB	PSDB	DEM
Meio ambiente	3,7	3,2	1,6	3,2	0,9
Cultura no país	5,6	1,6	3,2	1,2	5,3
Justiça Social	7,4	3,9	2	5,2	1,7
Expansões da educação	5,1	24,7	5,2	8,4	5,3
Saúde pública	1,8	10,7	0,8	1,2	3,5
Desigualdade	0,4	1,2	3,2	2	2,6
Emprego/Trabalho	2,3	1,2	2,8	4,4	2,6
Distribuição da riqueza/renda	0,9	3,2	2	0,8	0,9
Valorização do salário	1,4	1,2	3,6	0	3,5
Segurança Pública/ Prevenção da violência	1,8	2,3	3,2	4,4	0
Política Agrícola/ Reforma Agrária	6	13,9	0	0	3,5
Transporte	0,5	1,2	1,2	0,4	0,9
Infraestrutura	2,3	3,9	0	1,6	5,3
Políticas de Combate à Fome	0	0,4	0	0	1,8
Previdência e Assistência Social	1,4	0,4	2	1,2	7
Total	40,6	73	28,8	34	44,8

Anexo 2 – Lista de Códigos

DOMÍNIO 1 – RELAÇÕES INTERNACIONAIS

101- Estreitar relações países em desenvolvimento

102- Estreitar relações países desenvolvidos

103 – Defesa da soberania/interesse nacional/objetivos estratégicos

104 – Atuação em organismos internacionais/ Atuação internacional ativa

105 – Relações com países da América Latina – positivo

106 -Relações com países da América Latina – negativo

107 – Relações com os EUA – positivo

108 – Relações com os EUA – negativo

109 – autodeterminação dos povos – positivo

110 – autodeterminação dos povos - negativo

111 – Participação em ações militares – positivo

112 – Participação em ações militares - negativo

DOMÍNIO 2 – LIBERDADE E DEMOCRACIA

201- Liberdade

202- Direitos humanos

203- Democracia

204- Constitucionalismo- positivo

205- Constitucionalismo- negativo

DOMÍNIO 3- SISTEMA POLÍTICO

301- Descentralização- Positivo

302- Descentralização- Negativo

303- Eficiência Executiva e Administrativa

304- Corrupção política

305- Autoridade Política

306- Accountability

307 – Relações entre os três poderes

308 – Organização e estruturação dos três poderes

309 – Orçamento

310 – Instituições Políticas

311 – Reforma Política

312 – Democracia direta/ participação/ gestão popular/ inovações democráticas/transparência

313 – Organização partidária

314 – Fortalecimento/ Expansão do Estado – Positivo

315 – Fortalecimento/ Expansão do Estado - Negativo

DOMÍNIO 4- ECONOMIA

401- Livre iniciativa

402- Incentivos

403- Regulação do Mercado

404- Planejamento econômico

405- Corporativismo

406- Protecionismo – Positivo

407- Protecionismo – Negativo

408- Metas econômicas

409- Gestão da demanda Keynesiana

410- Produtividade

411- Ciência e Tecnologia

412- Controle econômico

413- Nacionalização

- 414- Ortodoxia econômica
- 415- Análise Marxista
- 416- Anti-Crescimento econômico
- 417 – Desenvolvimento Econômico/ Sustentável/ auto-sustentado
- 418 – Controle da inflação
- 419 – Equilíbrio/ Estabilidade Fiscal
- 420 – Tributação/ Impostos
- 421 - Comércio Exterior/ Exportações/ inserção em mercados internacionais

DOMÍNIO 5- BEM ESTAR E QUALIDADE DE VIDA

- 501- Meio ambiente
- 502-Cultura no país
- 503- Justiça Social
- 504- Expansões da educação
- 505- Limitações da educação
- 506- Saúde pública
- 507- Desigualdade
- 508 – Emprego/Trabalho
- 509 – Distribuição da riqueza/renda/ contra concentração de renda
- 510 – Valorização do salário
- 511 – Segurança Pública/ Prevenção da violência
- 512– Política Agrícola/ Reforma Agrária
- 513 – Ampliação/ melhoramento das redes de transporte

514 – Políticas de Habitação, saneamento, iluminação, urbanização e infra-estrutura em geral

515 – Políticas de Combate à Fome/ Programas de alimentação

516 – Previdência e Assistência Social

DOMÍNIO 6- ESTRUTURA DA SOCIEDADE

- 601- Moralidade tradicional: positiva
- 602- Moralidade tradicional: Negativa
- 603- Lei e ordem
- 606- Harmonia Social
- 607- Multiculturalismo: Positivo
- 608- Multiculturalismo: Negativo

DOMÍNIO 7 GRUPOS SOCIAIS

- 701- Grupo trabalhista: Positivo
- 702- Grupo trabalhista: Negativo
- 703- Agricultores e fazendeiros
- 704- Classe média e grupos profissionais
- 705- Grupos minoritários
- 706- Grupos econômicos não minoritários

800- Não se enquadra em nenhum dos anteriores

Bibliografia

ABELA, J. (2003). Las técnicas de Análisis de Contenido: una revisión actualizada. En: <http://www.fundacion-centra.org/pdfs/S200103.PDF> (consulta em 01/08/2011).

ANDERSON, Perry e Patrick Camiller. 1996. *Um Mapa da Esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto.

BOIX, Charles. 1998. *Political Parties, Growth and Equality: Conservative e Social Democratic Strategies in the World Economy*. Cambridge: Cambridge University Pres.

CÁCERS, Pablo. Analisis de contenido uma alternativa metodológica alcanzable. *Revista de la Escuela de Psicología de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso*. Vol II/ 2003 (PP 53-82).

DOWNS, A. (1999). Uma teoria econômica da democracia. São Paulo, Edusp.

FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. (1999), Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.

GARRETT, Geoffrey. 1998. *Partisan Politics in the global economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

KINZO, M (2005). Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.20, n.57.

LAMOUNIER, B. (1989). Partidos e Utopias. O Brasil no Limiar dos Anos 90. São Paulo, Edições Loyola.

MAINWARRING,S, MENEGUELLO,R. & POWER, T. (2000). Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo. São Paulo, Paz e Terra.

MELVIN J. e MICHAEL C. (1997) *Anaitical Politics*. Cambridge University Press: Cambridge, UK.

POOLE, K. & ROSENTHAL, H (1999). Congress A political-economic history of roll call voting. Oxford Universit Press.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (1987). *Quem é quem na Constituinte: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados*. SãoPaulo, Oesp-Maltese.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (2002). *Partidos, Ideologia e composição social*. São Paulo: Edusp.

SANTOS, Fabiano dos. (2008). Brazilian Democracy and Power of “Old” theories of Party Competition. *In: Brazilian Political Science Review*. Vol 2(1). pp 57-76.

SANTOS, F & VILAROUCA, M. (2004) “Relatório primeiro ano do governo Lula: alinhamento partidário, trocas de legenda e (in)disciplina partidária”. Disponível em: <http://necon.iesp.uerj.br/images/pdf/artigos/santos%20%20grijo%202004%20-%20relatorio%20do%20primeiro%20ano%20do%20governo%20lula.pdf>.

Acesso em: 01/08/ 2011.

SANTOS, F., BORGES, M. & BARATA RIBEIRO, M. (2011). “O Congresso e o Governo Dilma”. NECON, Papéis Legislativos, ano 5, n.1, maio. Disponível em: <http://necon.iesp.uerj.br/images/pdf/papeis/pl.%20n.1-2011%20.pdf>. Acesso em: 01/08/2011

SOUZA, A., FIGUEIREDO, M., LIMA Jr. O (1987) “Brizola y las elecciones de 1982 em Rio de Janeiro”. Revista Mexicana de Sociologia, vol XLIX, n°2.

POWER, Timothy e César Zucco. (2009). “Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005” . In *Latin American Research Review*, 44(1): 218–246.

TAROUCO, Gabriella da Silva. (2007). *Os partidos e a constituição: Ênfases programáticas e propostas de emenda*. Tese de doutorado defendida no IUPERJ.

VOLKENS, Andrea. (2002). Manifesto Coding Instructions (Second Revised Edition). *Veröffentlichungsreihe der Abteilung Institutionen und sozialer Wandel des Forschungsschwerpunkts Sozialer Wandel, Institutionen und Vermittlungsprozesse des Wissenschaftszentrums*. ISSN 1615-7559.

WARE, A. (1996). *Political Parties and Party Systems*. Oxford/New York. Oxford University Press.

ZUCCO, C. (2009). “Ideology or what? Legislative Behavior in Multiparty Presidential Settings”. *The Journal of Politics*, vol 71, n°3.